

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

Director: A.M. Hespanha

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL N.º 5

1991



“A História em Discussão”

Dossier A. M. Hespanha *A Emergência da História*, Rui Ramos *A Causa da História do Ponto de Vista Política*.

Estudos Fernando Cortés Cortés • José Subtil *Sistema Penal e Construção do Estado Liberal* • Miguel Angel Perfecto *Influências Ideológicas no Projecto de Primo de Rivera (1923 - 1930)* • **Estado da Questão** João B. Serra *O Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-guerra* • **Em Debate** Pedro Lains *Foi a Perda do Império Brasileiro um Momento Crucial do Sub-Desenvolvimento Português?* – II • Valentim Alexandre Lains *no País das Adivinhas* • **Leituras** • **Jornal**

edições
COSMOS

Os Estudos sobre o Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-Guerra

João B. Serra

(ICS)

Este texto constitui no essencial a colaboração do autor para o compêndio, destinado a publicação na Alemanha, sobre a *Situação e Perspectivas das Ciências Sociais em Portugal* coordenado pelo Professor Franz-Wilhelm Heimer. Nesse compêndio, a historiografia ficou entregue de uma equipa coordenada pela Professora Miriam Halpern Pereira na qual também participaram os Professores José Matoso e Joaquim Romero Magalhães. Originalmente elaborado em 1985 este ensaio foi posteriormente revisto e a bibliografia actualizada. Serviu de base a uma comunicação apresentada ao «IV Meeting on Portugal» efectuado na Universidade de New Hampshire, (Durham, E.U.A.) em 21-24 de Setembro de 1989.

1. INTRODUÇÃO ¹

Se há domínio da história de Portugal particularmente tolhido por bloqueamentos de natureza político-institucional, ele foi o do século XX. Só após o 25 de Abril é que as Faculdades de Letras acolheram nos Cursos de História o estudo da contemporaneidade mais próxima, num processo em que igualmente era posta em causa a sua duradoura cristalização teórica e metodológica ². Também agiu como factor limitativo da produção historiográfica sobre o passado recente a inacessibilidade, ou a duvidosa fiabilidade, de fontes. A modernização da estatística oficial processou-se muito lentamente. Há razões para crer por outro lado que, nalguns casos, ela não tenha escapado ao exercício de uma tutela censória directa ou indirecta. A censura, aliás, afectou em geral a produção e circulação de informação primária, e não apenas secundária. A esse tipo de constrangimentos poder-se-á ainda assacar o quase desértico panorama nacional de edições de memórias, depoimentos e outra documentação de carácter pessoal. A maioria dos arquivos, enfim, permanecia desorganizada ou indisponível.

A estas dificuldades acresciam, para o historiador, as resultantes da proximidade dos acontecimentos e do inevitável envolvimento da problemática e da própria pesquisa científicas no confronto ideológico alimentado ou condicionado pela natureza autoritária do Estado ³. Este, em especial de meados dos anos 1930 a meados dos anos 1960, controlou com razoável eficácia a identificação dos compromissos ideológicos — reais ou supostos — na investigação do social, designadamente histórico. Refira-se a este propósito, o largo investimento na matéria histórica operado pelo fascismo português, procurando retirar, através da laboriosa genealogia oficialmente imposta, inspiração e legitimação nacionais ⁴.

Portugal dividia-se quanto ao passado, não só longínquo como o mais próximo: o liberalismo, a República, sobretudo. Ao carácter sumariamente apologético e didático ⁵ da (escassa) produção «oficiosa», opunha-se o propósito militantemente contra-argumentativo da — aliás igualmente escassa — produção alternativa, alimentada fundamentalmente por ensaístas e publicistas da oposição (antigos republicanos, «seareiros» e dirigentes do movimento operário, socialista e comunista). Na oportunidade não podia ser de outro modo: o que o regime denegria clamava por justiça.

Terá de se aguardar a década de 1970 para que novos métodos e perspectivas de interrogação do passado recente ganhem corpo e eco público. À margem das instituições académicas, frequentemente até fora do país, os investigadores intervenientes nessa renovação propõem-se averiguar os mecanismos económicos, sociais e políticos que permitam compreender a crise do liberalismo, o fracasso da República, o advento do fascismo e a longa persistência, não isenta de mutações, do corporativismo salazarista.

Dir-se-á que só então é que a história do século XX entra verdadeiramente na História, com as exigências científicas que dela, entretanto, se tinham tornado apanágio na Europa. Momento, é certo, precedido por alguns trabalhos pioneiros, surgidos ainda nas décadas de 1950 e 1960, saídos do labor de autores que a Universidade à época também ostracizou: Joel Serrão, Armando Castro e Oliveira Marques. E de algum modo influenciado pelas incursões no campo histórico, requeridas pela manifesta fraqueza da oferta historiográfica, de outros cientistas sociais: economistas, sociólogos, politicólogos. Influenciado e provocado.

No movimento de ideias suscitado com e pelo «aggiornamento» intelectual da segunda metade da década de 1960, no debate político então desencadeado dentro e fora das fronteiras ⁶ sobre a crise do regime, a história esteve sempre presente, mais discreta ou ostensivamente. E se historiadores, enquanto tal, aí não surgiram implicados, diversas vocações historiográficas por essa altura despertaram ⁷. O apelo de problemáticas como as do crescimento e desenvolvimento económicos, da dependência, da estratificação capitalista da sociedade, da emigração, da mobilização política das camadas populares foi ouvido por historiadores não só do século XIX, como do século XX português.

O lugar que ao 25 de Abril coube nesta constituição do século XX como objecto da história sugere um balanço optimista, embora cauteloso. Naturalmente, a Revolução colocou o estudo da contemporaneidade no plano das exigências sociais mais instantes, contribuindo desse modo para a multiplicação das pesquisas e a consagração da história recente nos currículos escolares e no registo dos média. Mas também acentuou as injunções sobre a disciplina como cenário historicizante e legitimador, quer de estratégias, quer de critérios e escolhas políticas do dia ⁸.

A abertura universitária foi desigual e nem sempre serena. O pluralismo metodológico menor do que seria desejável e possível. As políticas de investigação implementadas revelaram-se timoratas ou precárias. O problema do acesso às fontes não foi resolvido satisfatoriamente.

O ponto da situação evidencia, no entanto, aspectos positivos que importa sublinhar. A produção historiográfica sobre o século XX português dispõe hoje de condições bem mais estimulantes e operatórias. O corpo de especialistas reconhecido alargou-se consideravelmente. A receptividade editorial a essa produção continua elevada. Aumentou o leque das revistas científicas. Diversas instituições têm promovido iniciativas multidisciplinares sobre a formação do Portugal contemporâneo. Algumas Faculdades organizaram mestrados em história recente de Portugal. Temas de história política e económica do século XX foram objecto de teses de doutoramento em diversos Departamentos universitários de Ciências Sociais. Em breve o mesmo acontecerá em Departamentos de História. Para todos os efeitos, pois, a História vem até quase à nossa beira ⁹.

Por outro lado, a via da interdisciplinaridade, aberta pela preocupação com a história evidenciada nas décadas de 1960 a 1970 por outras áreas das Ciências Sociais, tem sido aprofundada. Este facto tem, aliás, estimulado e contribuído para a autonomização metodológica e conceptual dos vários domínios da história: história económica, história social, história política. Tarda mais, nesse processo, a história cultural e das mentalidades, ainda de algum modo subsumida na história da literatura e das artes.

No estádio actual da investigação histórica sobre o século XX português, pode afirmar-se que um bom número de pistas e hipóteses de trabalho se encontram autorizadas, embora desigualmente distribuídas pela periodização. Anote-se, em contrapartida, o menor optimismo com que devem ser encaradas as sínteses ensaiadas ¹⁰.

2. A PRIMEIRA REPÚBLICA

Até meados da década de 1960, a historiografia independente experimentou as maiores dificuldades em tornear a incomodidade política que o período da República significava. Era alvo privilegiado de exautoração por parte do regime. Mas, por outro lado, alguns intelectuais influentes na formação da geração nascida entre as duas Guerras tinham expandido opiniões vivamente críticas em relação à obra republicana. Entre eles, António Sérgio ¹¹.

Terminada a 2.^a conflagração mundial, a oposição portuguesa (ou «as oposições», como Salazar gostava de lhes chamar) reúnem forças para combater o fascismo. Nesse frentismo, nem fácil nem facilitado (e em que Sérgio teve papel preponderante até 1960), havia que contar com um núcleo de velhos republicanos. Além disso durante a década de 1950, reacendia-se a impropriamente chamada «questão do regime» (Monarquia ou República), a qual só se resolveria em definitivo no princípio da década de 1960 ¹².

Assim se compreende o quase completo silêncio que sobre o período fez a geração de historiadores surgida por essa altura. Esse silêncio abriu espaço a obras como as de Carlos Ferrão, um jornalista que, entre 1950 e 1967, deu à estampa um extenso lote de títulos de exaltada defesa da acção política republicana ¹³.

As primeiras abordagens historiográficas desapaixonadas e analíticas da 1.^a República sucedem-se após 1964, data da publicação de *O Cinco de Outubro* de Jacinto Baptista, cujo êxito editorial lhe assegurou uma reedição logo no ano seguinte. Em 1965, Vasco Pulido Valente edita em *O Tempo e o Modo* um artigo (de uma série anunciada mas não prosseguida) sobre «Portugal e a Guerra de 1914-18». Em 1967, Oliveira Marques publica, na mesma revista, o primeiro de um conjunto de artigos genericamente intitulados «Estudos sobre Portugal no século XX». Um ano volvido, em 1968, Joel Serrão insere no II volume do *Dicionário de História de Portugal*, que dirigia, um texto sobre o «Republicanismo», que posteriormente desenvolveria, enquanto Pulido Valente regressava ao *Tempo e o Modo* com dois estudos sobre Sidónio Pais.

Jacinto Baptista interrogava o significado político e social da implantação da República, cujo carácter revolucionário punha em dúvida, retomando o tema dois anos volvidos ¹⁴.

Vasco Pulido Valente sondava as fracturas políticas que a Grande Guerra crispava na sociedade portuguesa e, nos trabalhos dedicados ao sidonismo, a crise da República e a primeira tentativa autoritária de tipo fascista, em cuja eclosão a questão agrária teria jogado um papel determinante.

Oliveira Marques procedia ao levantamento da composição e perfil das elites governantes das três primeiras décadas do século, procurando descortinar as respectivas fracturas sociais e geracionais. Nesta direcção, porém, o autor não voltou a insistir, prosseguindo a recolha de elementos sobre alguns dos nomes mais destacados da galeria de vultos do Partido Democrático. Em contrapartida, em 1972 e 1979, coordenou a publicação de uma *História da Primeira República Portuguesa*, tendo, já em 1971, reunido um compósito espectro de informação em *A Primeira República Portuguesa: para uma visão estrutural*. Uma das preocupações centrais deste historiador residiu em fazer um balanço objectivo das realizações republicanas em diversos domínios, em face das carências internas e dificuldades externas que o regime havia enfrentado ou herdado, adiantando algumas sugestões explicativas, de ordem essencialmente política, acerca da sua queda em 1926.

Indubitavelmente estes trabalhos de Oliveira Marques preencheram lacunas de informação e contribuíram de modo decisivo, dados os créditos profissionais do

seu autor, para configurar a República como objecto de estudo científico e não apenas de polémica político-ideológica. Mas um certo positivismo «factual» e «estrutural» de que se encontravam impregnados, ocultando a explicitação de problemáticas globais, diminuiu-lhes, por outro lado, o alcance enquanto pontos de referência para outros investigadores interessados no período¹⁵. A obra historiográfica de A. H. de Oliveira Marques impôs, no entanto, parâmetros de natureza científica aos estudiosos da República. Decerto que a essa circunstância se fica a dever o que de exigência e rigor se pode encontrar nos volumes de história política publicados por não académicos como David Ferreira¹⁶ ou Raul Rego¹⁷.

No artigo citado, Joel Serrão buscava penetrar no sentido do democratismo republicano, filiando-o nas diversas manifestações do liberalismo radical oitocentista e nos projectos regeneradores intermitentemente assumidos pela burguesia nacional ao longo do século XIX. Serrão propunha-se explorar teses enunciadas por Joaquim de Carvalho num texto de 1930¹⁸. Ele próprio, entretanto, tinha realizado uma incursão no ideário republicano em 1958¹⁹. Voltaria a essa pista em 1969 e 1970, retomando-a em 1982²⁰. A partir da década de 1880-1890, notava Joel Serrão, opera-se uma deslocação do «centro de gravidade social do liberalismo». De uma «convergência aristocrático-burguesa», ele marcha então para «um núcleo social predominantemente burguês (incluindo a pequena burguesia)»²¹. O republicanismo nacional surge sob o signo da ambiguidade, como a própria República, a que conduz. Ambiguidade decorrente da confluência nele da «esperança burguesa» e da «esperança do povo humilde das cidades». Essa confluência é certo que torna possível o derrube da Monarquia, mas tardiamente, porque arrastado fora também o desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Mas, em contrapartida, ela ser-lhe-ia igualmente fatal.

As hipóteses adiantadas por este historiador revelar-se-iam bem profícuas. Suscitavam uma redefinição da periodização e apelavam à orientação da pesquisa para a composição dos grupos sociais, respectivas estratégias e formas de mobilização políticas. Na segunda metade da década de 1970, um conjunto assinalável de resultados de investigação vinha aprofundar tais hipóteses, rasgando por seu turno uma série de outras.

Numa conferência realizada em 1976²², Miriam Halpern Pereira resumia deste modo as questões que a historiografia (re)formulava para a República: qual «a raiz do apoio sociologicamente heterogéneo obtido pelo Partido Republicano entre 1880 e 1890?»; quais «as posições assumidas pelo Partido Democrático face aos principais problemas nacionais, uma vez no poder» e suas consequências?; qual «a origem da desagregação do consenso em torno da República, processo lento, que se tornou particularmente claro a partir de 1920?»

Na impossibilidade de passar em revista todos os trilhos já percorridos na resposta a este questionário, refira-se que eles sugerem ópticas descoincidentes, mas não global e mutuamente exclusivas.

Entre as abordagens do político, Vasco Pulido Valente²³ expressa uma perspectiva hiper-crítica em relação ao comportamento das elites republicanas — que classifica de jacobinas — apostadas, após a revolução do 5 de Outubro de 1910,

em evacuar as camadas populares do sistema político, o que teria progressivamente conduzido este a uma «crise de representatividade global». Fernando Piteira Santos ²⁴, por seu turno, salienta «a falta, ou as limitações dos instrumentos políticos, os partidos», devido à clivagem do «Partido frente» Republicano cedo acontecida, com raízes anteriores à própria revolução, e à incapacidade organizacional e política do Partido Socialista. Em consequência, a prática política republicana ter-se-ia reduzido à intervenção na conjuntura, impossibilitada que estava de o fazer na estrutura.

Acrescente-se que quase todos os estudiosos do movimento operário, de César Oliveira ²⁵ a Maria Filomena Mónica ²⁶, passando por António José Telo ²⁷ e Manuel Vilaverde Cabral ²⁸, foram conduzidos a idêntico quadro de interrogações, conhecidas as relações de desconfiança ou de hostilidade que sindicalistas e republicanos cedo experimentaram, esgotada que foi a fase inicial de colaboração.

Quanto às abordagens do económico-social, elas têm vindo a ser exercidas no quadro de uma unidade temporal mais dilatada: a que medeia sensivelmente entre 1890 e 1930.

3. A CRISE DO LIBERALISMO

Na mesma conferência de 1976, Miriam Halpern Pereira ²⁹ afirmava: «Normalmente separa-se o período de 1890-1910 do período 1910-1926, o que significa isolar nascimento e maturação de um processo socio-político, quando eles se iluminam reciprocamente. É que, de facto, há uma forte unidade de problemática neste período, para além da própria unidade da conjuntura económica: é então que se implanta de forma efectiva o imperialismo português moderno em África, que surge o capitalismo financeiro e que se afirma uma crítica do sistema capitalista com dimensão social considerável».

Os estudos produzidos por Fernando Medeiros ³⁰ e Manuel Villaverde Cabral ³¹ ilustram bem este ângulo de análise.

Cabral prestou atenção ao período compreendido entre 1890 e 1914, e Medeiros ao compreendido entre 1917 e 1926. Ambos estão de acordo em sublinhar a «unidade problemática» da conjuntura, de cujas sub-fases, separadas pela Grande Guerra, se ocupam cada um por sua banda.

Para Medeiros, a formação social portuguesa maioritariamente camponesa e mercantil, que o liberalismo da segunda metade de oitocentos tentara pilotar segundo um modelo de desenvolvimento capitalista centrado na economia metropolitana, é posto duradouramente em cheque pela crise económica e financeira do virar do século. Ela provoca «um reflexo isolacionista e de recuo das classes dominantes» ³², de que resulta um novo ciclo colonial. É nessa tendência longa que se insere, segundo este autor, o confronto entre a oligarquia agrária e a burguesia desenvolvimentista (no qual o sindicalismo funciona, a um tempo, como actor e objecto político), saldado a favor daquela. Desse confronto «nasce o processo de aglutinação das forças políticas que, desde 1921, actuam abertamente em prol da ditadura» ³³.

Por seu turno, Cabral insiste em que é na sequência da crise dos anos 1890 que se dá uma transformação económico-social consubstanciada naquilo que designa por um «avanço das relações de produção relativamente às forças produtivas, manifestada pela radicalidade com que os conflitos de classe [entre operários e patrões e entre proletariado e Estado] então se colocam em Portugal». Nesse sentido, conclui, «a crise dos mecanismos de representação, de arbitragem e de legitimação do Estado liberal» não é consequência do «carácter atrasado e tradicional» da sociedade portuguesa, mas sim da «modernização e desenvolvimento recentes do país» imputáveis ao liberalismo da segunda metade do século XIX ³⁴. A República seria encarada como uma tentativa de recuperação desse trilho de modernização e desenvolvimento ameaçados, mas a sua incapacidade estrutural de reforma do sistema político, acentuada com a Guerra, acabou por permitir, em definitivo, a emergência da direita autoritária, ciosa dos «valores tradicionais» e, afinal, a instauração duma solução política favorável à burguesia nacional, sob a liderança dos sectores agraristas e comerciais.

Esta linha de investigação sobre aquilo que Gèetano Mosca denominou «o crepúsculo do Estado liberal», tem atraído jovens investigadores ³⁵ constituindo um centro de interesse historiográfico. A crise actual do Estado — na modalidade a que se convencionou chamar Estado-Providência — age, aliás, no sentido de estimular as pesquisas sobre os momentos esquinados do liberalismo antigo.

Originando uma reorientação temática e metodológica dos estudos sobre a República, esse centro de interesse alimenta-se (o que não deixa de constituir factor relevante da respectiva institucionalização como objecto de análise), da profunda revisão operada entretanto pela historiografia portuguesa sobre a evolução económica e social do país na segunda metade do século XIX ³⁶. Tem permitido, com êxito, estabelecer mediações entre a história económica e a história política. Tem-se articulado, como expressamente advogavam os seus principais epígonos, com a problemática do advento do fascismo, quer quanto às hipóteses que sugere, quer quanto às que acolhe e explora.

4. O ADVENTO DO FASCISMO

Num artigo de 1984, em que são revisitadas algumas das principais interpretações dos últimos quinze anos sobre o salazarismo, Manuel de Lucena ³⁷ faz remontar aos anos de 1969 a 1971 a eclosão de um movimento de reexame do regime que a si próprio se apelidou de Estado Novo. Lucena filia esse movimento — que, no seu entender tem algo de geracional —, por um lado, nas perturbações vividas pelas instituições, e, por outro, na renovação do debate político que então afecta a oposição tradicional. Esta acumulara derrotas ao longo de mais de quatro décadas, o que era tido como sinal de que a realidade a que dera combate seria bem mais complexa do que se habituara a admitir.

Anote-se que os principais contributos para a definição do Estado Novo, com suporte empírico, vieram inicialmente da ciência e da sociologia políticas. E foram

elaborados por intelectuais emigrados ³⁸. Como refere António Costa Pinto, entretanto o debate travado entre cientistas sociais europeus e norte-americanos acerca da natureza do fascismo excluía o caso português ³⁹.

O ensaio pioneiro é da autoria de Hermínio Martins ⁴⁰. Nele se atribui grande influência ao integralismo na origem do salazarismo, defendendo-se que foi projecto inicial deste último «o corporativismo cristão, tradicionalista e convencionalmente autoritário». Só a partir de 1936, com a Guerra Civil de Espanha é que ocorre, segundo Martins, aquilo que designa por «um novo nível de fascização». De qualquer modo, a uma fascização do exterior» não deixa de contrapor a existência no salazarismo de indícios de uma «fascização a partir de baixo», que o autor considera provindos menos das «massas propriamente ditas» que «dos quadros dirigentes, dos sectores de vanguarda».

De 1971 data a apresentação em Paris da tese de Manuel de Lucena ⁴¹, na qual se procede a uma comparação entre salazarismo e fascismo mussoliniano, para se concluir pela definição do primeiro como «um fascismo sem movimento fascista». O salazarismo constitui-se nos anos 1930, de acordo com Lucena, como uma «aliança nacional burguesa» e o Estado fascista como «mediação autoritária dum sistema capitalista» que pretendia salvar e reforçar.

Ambas as interpretações suscitariam controvérsia e quadros de referência para pesquisas historiográficas. Dois temas, principalmente, mereceriam a atenção dos investigadores: as origens ideológicas do Estado Novo e o «bloco social» do salazarismo.

Manuel Braga da Cruz dedicou ao primeiro tema dois estudos profusamente documentados ⁴². No seu entender, a matriz político-ideológica do Estado Novo é democrata-cristã, podendo o salazarismo ser considerado como uma «involução fascizante», combinando outras influências, entre elas, com destaque, a do integralismo ⁴³.

A questão da ausência de movimento fascista em Portugal (Lucena) ou da modalidade portuguesa de fascização mitigada a partir de baixo (Martins) motivou inquéritos ao fenómeno proto-fascista do sidonismo. Depois de Vasco Pulido Valente ⁴⁴ e José Pacheco Pereira ⁴⁵, César Oliveira ⁴⁶, António José Telo ⁴⁷ e Manuel Villaverde Cabral ⁴⁹ apresentaram elementos sobre o tema.

Foi ainda este último investigador quem mais insistentemente discutiu a concepção de Lucena sobre o Estado Novo enquanto «regime da burguesia toda». Contrapôs-lhe a ideia, mais matizada, de que foi o capital financeiro (bancário e industrial) que assegurou, a prazo, o predomínio, num processo de recomposição das classes dominantes em que o papel dos agrários terá sido decisivo, nomeadamente no plano ideológico. Cabral também incorpora na problemática do advento do fascismo o agravamento das tensões cidade-campo e, em particular, Lisboa-província, tema igualmente tratado, ainda que a partir de pressupostos diferentes, por Jorge Borges de Macedo ⁵⁰, e anteriormente explorado por Fernando Medeiros ⁵¹.

Manuel Braga da Cruz, em diversos estudos e principalmente naquele que dedicou à questão das relações entre o Partido e o Estado no salazarismo ⁵² divergiu

também, por seu turno, de Lucena, retomando a tese da insuficiência de elementos característicos do fascismo no Estado Novo. Para este sociólogo, o salazarismo apresenta-se como um «autoritarismo conservador e integracionista», sentido no qual, aliás, fora igualmente visto por cientistas sociais que se debruçaram sobre o fascismo numa perspectiva comparada ⁵³.

De qualquer modo está-se perante um domínio em que das interpretações gerais se não passou de forma concludente para a investigação sistemática sobre os comportamentos dos grupos e das grandes instituições sociais. Apenas as Forças Armadas foram objecto de aproximações parcelares ⁵⁴. E, como já foi notado ⁵⁵, os estudos sobre o movimento operário têm privilegiado os aspectos institucionais: os sindicatos e, sobretudo, os partidos ⁵⁶ (e nessa qualidade alinhando com a história política — da oposição, em especial ⁵⁷ — e não com a história social). Esse trânsito — que será indispensável efectuar — permitirá decerto esclarecer muitas das dúvidas persistentes e abrir novas hipóteses de trabalho.

5. CONTINUIDADE, MUDANÇA: OS MODELOS

A produção historiográfica portuguesa relativa ao século XX tem-se distribuído basicamente segundo os três núcleos de problemática acima, de forma sumária, identificados: a experiência republicana, a crise do liberalismo (absorvendo e integrando, para alguns, o núcleo anterior) e o advento do fascismo. É, no entanto de esperar que dois outros núcleos, a breve trecho se constituam em torno, por um lado, do mal conhecido período do corporativismo que vai de meados dos anos trinta até finais dos anos cinquenta — sobre o qual acabam de surgir os primeiros resultados de investigações académicas inovadoras ⁵⁸ — e, por outro, do período, aparentemente menos opaco, das grandes erosões sobre os equilíbrios salazaristas ocorridas desde o fim da autarcia: décadas de 1960 e 1970, até à revolução do 25 de Abril de 1974.

Como ficou assinalado, o século XX representa, em termos historiográficos, preocupação recente. Esse facto se por um lado dá conta das dificuldades de percurso, designadamente de natureza institucional, enfrentadas pela disciplina, por outro reflecte as condições de emergência e evolução do debate teórico-metodológico, naturalmente também elas carregadas de historicidade.

A institucionalização disciplinar da ciência histórica exigiu-lhe, na viragem para este século, um corte com a contemporaneidade. O Oliveira Martins do *Portugal Contemporâneo* (1881) não encontraria sucessores cinquenta anos depois. Recorde-se, além disso, como o Estado Novo propôs ou impôs aos historiadores um recuo de objecto para antes de 1820. As excepções conhecidas provam a eficácia da regra, sendo como foram produzidas marginalmente à academia.

Esta longa interrupção dos estudos históricos sobre o contemporâneo obrigou os historiadores dessa área surgidos entre meados das décadas de 1960 e de 1970 a consideração de um horizonte temporal de análise porventura mais dilatado do que a especialização, tornada entretanto apanágio da disciplina noutras paragens,

postularia. Por isso, sobretudo os investigadores do económico-social vieram a tomar como objecto tanto o século XIX como o século XX, a crise do Antigo Regime, as revoluções liberais e o ocaso do liberalismo, os problemas agrários e industriais quer da segunda metade de oitocentos quer da primeira de novecentos. O que deles requereu particular atenção aos problemas da periodização e, mais globalmente, da modelização de tal objecto.

Efectivamente, o problema da periodização surgia-lhes como um problema por tratar e não apenas a discutir e rever. Assim sendo, qualquer solução criteriosa do desafio implicava o recurso a modelos interpretativos globais e integrados, susceptíveis de balizar problematicamente sondagens mais restritas ou limitadas no tempo. Para se admitirem (e adivinharem) mutações complexas na formação social portuguesa dos últimos cento e cinquenta anos parecia indispensável (re)pensá-la teóricamente, e, por conseguinte, criticamente. Numa terminologia que fez então curso, a arma da crítica e só ela é que permitiria fazer frente ao discurso da ocultação, à(s) ideologia(s), barreiras ao reencontro da ciência histórica com a contemporaneidade.

Jogou neste sentido — de uma procura de instrumentos novos de análise face à constatação da opacidade dos processos sociais e históricos — o próprio contexto histórico dos anos 1960. Portugal como que descobria, então, nos escritos dos seus economistas, demógrafos e sociólogos que estava a mudar. Industrializava-se. Os seus camponeses demandavam as cidades em fluxos crescentes. Emigrava-se em massa. Os capitais estrangeiros afluíam como nunca. Era o dobre a finados do país rural, perante as investidas do capital financeiro. Porém...

A economia crescia, mas um ritmo menor e menos concertado do que parecia desejável⁵⁹. Os efeitos virtuosos esperados da industrialização sobre o mundo rural não se verificavam⁶⁰. A dependência externa agravava-se⁶¹. A modernização do aparelho produtivo saldava-se afinal por consequências perversas⁶². O sector moderno da sociedade não arrastava o desenvolvimento global e os bloqueios do dualismo persistiam⁶³. A emigração acentuava os traços do subdesenvolvimento⁶⁴.

Presente contraditório. Futuro incerto. Sob a premência também de uma flagrantemente crise do regime — o fim de Salazar — a história contemporânea é convocada e intimada.

Para Vitorino Magalhães Godinho, num texto de 1969⁶⁵, a «persistência de condições arcaizantes» na sociedade portuguesa devia-se à permanência do Antigo Regime, estádio anterior à Revolução Industrial, a que o país parecia condenado. Tinha querido rompê-lo a burguesia republicana, mas esse esforço fora travado, em 1926, pela «estrutura tradicional». Em idêntica ordem de ideias, no mesmo ano de 1969 José Gentil da Silva⁶⁶ concluía pela longuíssima estabilidade do auto-consumo em Portugal, desde o século XIV. A estagnação da agricultura portuguesa contaria nada menos que quinhentos anos. De algum modo esta tendência interpretativa, inspirada em António Sérgio, acompanhara os combates políticos da oposição ao Estado Novo e fornecera-lhe inspiração estratégica.

Num texto de cariz memorialístico relativamente recente⁶⁷, Armando Castro recordava que «a natureza essencial da sociedade portuguesa» escapou durante muito

tempo àquilo que designa por «interpretação científica» devido a factores como a parte modesta do sector agrícola no P.N.B. e a «função supra-reguladora do Estado salazarista sobre a economia e os interesses dominantes». Segundo o mesmo autor, essa «pesada cortina que escondia e distorcia» a realidade económica e social conduziu à suposição errónea de que Portugal não conheceria a existência de um sistema económico capitalista». Nem um sistema económico capitalista, nem uma revolução burguesa, poder-se-ia acrescentar. De facto, pertence ao mesmo universo interpretativo o tema do sucessivo falhanço da burguesia portuguesa na fundação da sua hegemonia ⁶⁸.

Armando Castro terá sido dos que mais cedo — 1947 ⁶⁹ — procuraram correr essa cortina, numa retrospectiva sobre a economia portuguesa do século XIX, continuada por artigos que na década de 1960 elaborou para o *Dicionário de História de Portugal*.

Brechas decisivas na «suposição errónea» a que se referia este autor serão abertas, nos anos de 1968 e 1969, nos *Cadernos de Circunstância* ⁷⁰ e no *O Tempo e o Modo*, publicações onde se reflectem, a par de um novo militantismo de oposição, uma igualmente nova concepção do passado histórico mais recente e das suas grandes questões, formuladas em termos de desenvolvimento do capitalismo.

O conceito mais fecundo avançado pela equipa dos *Cadernos* e que decerto muito deverá a Fernando Medeiros, é o do «salazarismo como via de passagem do pré-capitalismo ao capitalismo». O nacionalismo burguês e o fortalecimento do aparelho estatal, componentes fundamentais do salazarismo, são os ingredientes de que «o capitalismo português precisava» para «saír da cepa torta», isto é, realizar a acumulação, uma acumulação «forçosamente seleccionada».

Em *O Tempo e o Modo*, João Martins Pereira, entre outros, não andaria muito longe daquelas teses, quando escrevia que «a solução autoritária de 1926 vem responder com uma evidente lógica à urgência de “pôr em dia” as estruturas político-jurídicas com o nível, ainda primário, das forças produtivas». O salazarismo constituiu assim o «reconhecimento pela burguesia da sua própria impotência para assegurar a continuação de uma acumulação de capital ainda mal começada, e requerendo um clima propício aos negócios para se processar» — clima que o liberalismo republicano se mostrara incapaz de garantir ⁷¹.

A historiografia, enquanto tal, só dispensaria às teses de Magalhães Godinho e Gentil da Silva contradita global e sistemática, em 1974, com a publicação praticamente simultânea de dois ensaios da autoria de Miriam Halpern Pereira e Manuel Villaverde Cabral. Ambos abordaram a questão agrária em Portugal numa óptica de longo prazo, analisando a evolução do sector agrícola nacional nos séculos XIX e XX nas suas articulações com uma matriz económica e social capitalista, tida indubitavelmente como dominante.

De acordo com M.V.Cabral ⁷², a «penetração do capitalismo nos campos e a subordinação da esfera agrária à esfera industrial e financeira» podia ser seguida em Portugal desde a «revolução agrícola» do século XVIII. Penetração conseguida segundo diversas modalidades e ritmos, sendo de destacar a resistência oferecida pela pequena exploração familiar, mais até do que o latifúndio. No entanto, o desen-

volvimento do capitalismo fora expulsando a população dos campos. Mas o fraco investimento agrícola, politicamente protegido, aliado a esse êxodo rural dera origem a que «a produção agrícola, por falta de mão-de-obra, tivesse crescido muito lentamente, quando não travado a expansão geral».

M.H.Pereira ⁷³, por sua vez, considerava que «a predominância da agricultura na economia portuguesa é uma consequência da forma específica assumida pelo capitalismo em Portugal e não uma prova de persistência de uma economia de Antigo Regime». Forma específica de capitalismo dependente, gerador de subdesenvolvimento, onde ao crescimento agrícola da segunda metade do século XIX não correspondera, por isso mesmo, a necessária industrialização e onde esta última, em marcha depois da Segunda Guerra, e pelas mesmas condicionantes, se não fizera acompanhar de uma não menos indispensável reforma agrária. A questão agrária — como a industrial e financeira — era o resultado da forma como a burguesia portuguesa integrara a sua economia no mercado mundial, numa posição simultaneamente imperialista (colonialista) e dependente.

Eram notórias as clivagens entre os dois autores. Enquanto para M.V.Cabral o problema da reforma agrária já não se podia pôr, sem ela, segundo M.H.Pereira, jamais seria possível obter em Portugal um crescimento económico harmonioso e autónomo. Apreciações distintas sobre as consequências das políticas económicas — livre-câmbio e protecção — separavam igualmente estes historiadores. M.V.C., na esteira de Pereira de Moura ⁷⁴ e de Armando Castro, via nas políticas agrícolas posteriores à crise de 1890 a raiz dos obstáculos ao desenvolvimento industrial, enquanto M.H.P. afirmava o inverso.

Importa, no entanto, pôr em destaque a convergência de ambos em que o atraso económico português só podia ser historiograficamente equacionado a partir do modelo interpretativo do desenvolvimento do modo de produção capitalista em Portugal. Esse o enquadramento teórico que possibilitaria a periodização da contemporaneidade, mais recente ou recuada, dando inclusivamente conta da «questão agrária» — que para muitos surgira como indicador da inadequação do modelo. Mais, ele permitiria reconsiderar fenómenos aparentemente tão «estruturais» como a emigração ⁷⁵, e finalmente compreender na conjuntura (revelando) a evolução dos salários e dos preços, o comportamento das produções e dos mercados, as políticas económicas, seus êxitos e fracassos ⁷⁶, bem como o comportamento dos grupos sociais, designadamente o operariado.

Discutido e posto à prova de então para cá, este critério explicativo produziu novos contributos e gerou as suas próprias revisões. Independentemente do acolhimento que venha a ter junto das futuras gerações de historiadores profissionais, à sua estrela — hoje porventura algo empalidecida — se ficou a dever a audiência e o papel de que hoje a história contemporânea desfruta no conjunto das Ciências Sociais em Portugal.

NOTAS

¹ Concebido como um instrumento de trabalho, este texto circulou mimeografado desde 1986. Recebeu por esse facto diversos comentários e sugestões que, espero, se reflectam na versão agora publicada. Gostaria de pôr em destaque as sugestões que recebi dos meus colegas Maria da Fátima Bonifácio, Fernando Rosas e António Costa Pinto. Devo igualmente prestar o meu reconhecimento ao Doutor José Maria de Brandão de Brito, com quem este ensaio foi inicialmente planeado, à Doutora Miriam Halpern Pereira que leu e criticou a sua primeira versão e ao Investigador Manuel Lucena cujas observações, formuladas com o rigor e o entusiasmo intelectuais que lhe são próprios, julguei preciosas.

² Sobre a incidência desta situação das Faculdades de Letras na formação de um historiador, vide o depoimento de Victor de Sá no «Relatório final» que, enquanto bolseiro da Fundação Gulbenkian apresentou, em 1969, a esta instituição (parcialmente publicado, com o título «Situação da historiografia portuguesa», na revista *Vértice*, n.º 308, Coimbra, Maio de 1969).

³ Podem entender-se como afloramentos desta questão os artigos que, em meados da década de 1960, o sociólogo Adérito Sedas Nunes dedicou ao tema da objectividade nas Ciências Sociais (cf. A. Sedas Nunes, «Uma aproximação à Sociologia», in *Análise Social*, vol.III, n.º 9-10, Lisboa, 1965, e «Posição e vocação da Sociologia», in *O Tempo e o Modo*, n.º 43-44, Lisboa, 1966). Para este autor, um universitário prestigiado, a objectividade em Ciências Sociais «pressupõe livre expressão, livre informação, livre debate» e recusa, por parte do investigador, de «uma sujeição deliberada, no seu trabalho de pesquisa e análise dos factos, a interpretações pré-determinadas».

⁴ Augusto Joaquim (cf. JOAQUIM, 1979) sublinha a circunstância de «à crise de identidade» da sociedade portuguesa, o salazarismo ter contraposto um projecto baseado numa «leitura particular» da «História de Portugal e do seu lugar no mundo». Recorda, por outro lado, que o recurso à história — «através de factos históricos parciais» — com intuítos argumentativos em favor desta ou daquela «acção reformativa» se tornara prática corrente da propaganda republicana e fora [já antes] utilizado abundantemente por historiadores como Alexandre Herculano e Oliveira Martins.

⁵ António Hespánha («Historiografia jurídica e política do Direito: Portugal, 1900-1950», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa, 1982) pôs em destaque que «A história é, para o pensamento tradicionalista, o demiurgo da Nação. A ela compete revelar a alma nacional, mostrar a Nação a si própria nos momentos de crise, impôr a Nação a si própria nos momentos de vitória. A história revela, a história redime, a história orienta. Tudo isto porque ela é o instrumento mais adequado para sondar a tradição e porque na tradição está o ser mais autêntico da Nação». Tal conceito origina, no domínio que o ocupa, o da historiografia jurídica portuguesa dos anos vinte a quarenta do nosso século, uma história moralista e ilustrativa da doutrina do Estado Novo, privilegiando a Idade Média, o tempo linear e a «perspectiva individualista e eventencial ou anedótica».

⁶ Refira-se, a esse propósito, o papel de revistas como *O Tempo e o Modo*, *Seara Nova* e, embora com outro estatuto, *Análise Social*, das editadas em Portugal, e, das editadas no estrangeiro por intelectuais emigrados, *Cadernos de Circunstância* (França, 1967-1970) e *Polémica* (Suíça, 1970-1974). Uma apreciação sobre o papel da primeira das revistas citadas foi tentada por Fernando Rosas em «A propósito dos vinte anos do TM» em *O Tempo e o Modo*, 3.ª série, Lisboa, Março de 1984.

⁷ Alguns nomes: Miriam Halpern Pereira, Vasco Pulido Valente, César Oliveira, Carlos da Fonseca, José Pacheco Pereira, Manuel Villaverde Cabral, Fernando Medeiros, e, em campos contíguos ao da História Contemporânea, António Barreto, Carlos Almeida, Manuel de Lucena, João Martins Pereira, Luís Salgado de Matos, João Ferreira de Almeida.

⁸ Cf. João B.Serra e José Manuel Sobral, «Portugal contemporâneo: a política e a história», in *Gazeta do Mês*, n.º 1, Lisboa, Maio de 1980.

⁹ Refiram-se dois exemplos apenas. A.H.de Oliveira Marques tem feito coincidir o ponto de chegada da sua *História de Portugal* com a da mais recente eleição presidencial. Manuel Villaverde Cabral publicou em 1983 (vide CABRAL, 1983) um ensaio de «perspectiva histórica» sobre aquilo que designa como a «Segunda República Portuguesa» (aquela que se inicia com o 25 de Abril de 1974).

¹⁰ Deve-se a Oliveira Marques a única história geral digna desse nome, abarcando o século XX português. A sua *História de Portugal*, com uma primeira versão em língua inglesa, foi dada à estampa em português em 1972 e 1973. O autor tem aproveitado as sucessivas edições, proporcionadas pelo êxito editorial da obra, para proceder à sua actualização, incorporando contributos historiográficos entretanto surgidos. Embora o alcance interpretativo da síntese fique prejudicado pelo intuito de divulgação junto de um público vasto, a informação carreada pelo autor é em geral criteriosa. A partir de 1967, Oliveira Marques, que até então se dedicara predominantemente à história medieval, dirigiu as suas atenções para o período republicano, tendo contribuído de forma relevante para o (re)conhecimento do primeiro quartel do século XX, quer em aspectos mais particulares da história política, quer no domínio do que designou por «estruturas de base»: população, propriedade, economia e finanças, administração e direito, partidos e ideologias. A economia geral da *História* reflecte a circunstância desse labor prévio. E, como o próprio autor o admite, de 1930 em diante, ela reduz-se praticamente «a uma lembrança, quase cronológica, de eventos e datas».

¹¹ Em 1929, Sérgio escrevera: «Em 1910 (5 de Outubro) abolia-se enfim a realeza. Fez-se então uma verdadeira República? Não se fez (...). Não passava [a propaganda republicana] de formalismo político (de simples negação, por assim dizer, da monarquia e do clericalismo) sem conteúdo concreto reformador na economia e na educação. Nem se aperfeiçoou a economia existente, nem se democratizou realmente nada (...)» (Cf. António Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal*, edição crítica, Lisboa, Sá de Costa, 1972 — 1.ª edição em língua castelhana, Madrid, Labor, 1929).

¹² Manuel Braga da CRUZ, 1986.

¹³ A sua *História da República*, para referir apenas um desses títulos, acompanhada da menção «Edição comemorativa do 50.º aniversário da implantação da República», foi concebida com a expressa finalidade de, nas palavras do autor, «prestar homenagem aos que souberam fazer dela o instrumento que preparou o regresso de Portugal à sua missão histórica e lhe permitiu ocupar entre as nações civilizadas o lugar a que dera incontestavelmente direito o seu passado». Todavia abrange apenas o período que vai de 1880 a 1910, quedando-se pois no limiar da República (Carlos Ferrão, *História de República*, Lisboa, Editorial «O Século», 1959-1960).

¹⁴ Jacinto BAPTISTA, 1966.

¹⁵ Não deve ficar sem uma referência, no entanto, o *Guia de História da Primeira República Portuguesa* (A.H.de Oliveira MARQUES, 1981), produto de quase década e meia de pesquisas consagradas pelo autor à República, e que, a justo título, bem pode ser encarado como uma sub-espécie de obra geral sobre o período. Trata-se de um sistemático inventário de fontes e estudos sobre os mais variados domínios da história de Portugal entre 1910 e 1926, com incursões a montante e juzante daquelas datas recheado de notas judiciosas sobre as espécies seleccionadas e de sugestões de investigação pertinentes. Nada de equiparável está disponível para o período posterior.

¹⁶ David FERREIRA, 1973-1981.

¹⁷ Raul REGO, 1986-1987.

¹⁸ Joaquim de Carvalho, «Formação da ideologia republicana:1820-1880», in Luís de Montalvor (org.), *História do Regime Republicano em Portugal*, vol.I, Lisboa, Ática, 1930-1932.

¹⁹ Joel SERRÃO, 1958.

²⁰ *Idem*, 1969, 1970 e 1982.

²¹ *Idem*, 1970, p.45.

²² Miriam Halpern PEREIRA, 1976. *Idem*, 1979, p.112.

²³ Vasco Pulido VALENTE, 1976 e 1977.

²⁴ Fernando Piteira SANTOS, 1982.

²⁵ César OLIVEIRA, 1972 e 1973.

²⁶ Maria Filomena MONICA, 1982, 1985 e 1986.

²⁷ António José TELO, 1977.

²⁸ Manuel Villaverde CABRAL, 1977.

²⁹ Miriam Halpern PEREIRA, 1976. *Idem*, 1979, p.113-114.

³⁰ Fernando MEDEIROS, 1978.

³¹ Manuel Villaverde CABRAL, 1979 (*Portugal na Alvorada...*)

³² Fernando MEDEIROS, 1978, p.6-7.

³³ *Idem, ibidem*, p.11.

³⁴ Manuel Villaverde CABRAL, 1979 (op.cit.), p.452-453.

³⁵ Por exemplo, Fernando Farelo LOPES (1985), José Machado PAIS (1987), António Costa PINTO (1985), António José TELO (1980-1984).

³⁶ Em especial devida aos contributos de Armando Castro (*Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa: fim do século XVIII a princípios do século XX*, Lisboa, Cosmos, 1947), Miriam Halpern Pereira (*Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1971), Manuel Villaverde Cabral (*O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1976), e, mais recentemente, David Justino (David JUSTINO, 1988) discutidos por Jaime Reis, que de forma muito sugestiva reequaciona, segundo um modelo de contrafactualidade inspirado na «new economic history» os factores do atraso económico português hierarquizados por aqueles autores (Jaime REIS, 1984 e 1987).

³⁷ Manuel de LUCENA, 1984.

³⁸ Por isso só viram os seus textos publicados em português após o 25 de Abril de 1974: Hermínio Martins em 1978, Manuel de Lucena em 1976, Jorge Campinos em 1975, António Viana Martins em 1976. Refira-se também que a questão da natureza do regime atraía alguns cientistas sociais estrangeiros, cujas obras, no entanto, não foram ainda editadas em Portugal.

³⁹ António Costa PINTO, 1989 [«O Salazarismo...»]. O autor sustenta que essa exclusão foi deliberada e não tanto o produto de desconhecimento como de problemas de natureza teórica: o caso português parecia dificilmente integrável nas tipologias definidas.

⁴⁰ Hermínio MARTINS, 1969 («Portugal»).

⁴¹ Manuel de LUCENA, 1976.

⁴² Manuel Braga da CRUZ, 1980 e 1982.

⁴³ O tema foi abordado também por João MEDINA (1978), César OLIVEIRA (1980) e António Costa PINTO (1982).

⁴⁴ Vasco Pulido VALENTE, 1968.

⁴⁵ José Pacheco PEREIRA, 1971.

⁴⁶ César OLIVEIRA, 1971.

⁴⁷ António José TELO, 1977.

⁴⁸ Manuel Villaverde CABRAL, 1979 («A Granda Guerra...»).

⁴⁹ *Idem*, 1976.

⁵⁰ Jorge Borges de MACEDO, 1979.

⁵¹ Fernando MEDEIROS, 1978.

⁵² Manuel Braga da CRUZ, 1989.

⁵³ Manuel Braga da Cruz refere, em abono da sua tese estudos de Maurice Duverger, Raymon Aron (*Démocratie et Totalitarisme*, Paris, 1965), Gabriel Almond e G.B. Powell (*Comparative Politics: A Developmental Approach*, Boston, 1966), Juan Linz («Totalitarian and Authoritarian Regimes», in Fred. J. Greenstein e Nelson W. Polsby, orgs., *Handbook of Political Science*, Massachusetts, 1975), Stanley Payne («Fascism in Western Europe», in Walter Laqueur, org., *Fascism: A Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography*, Madison, 1980), e Philippe Schmitter (SHMITTER, 1980). Além destes autores não marxistas, poderia ter invocado também (cf. António Costa PINTO, 1989), Eugene Weber, (*Varieties of Fascism*, Nova Iorque, 1964), F. L. Carstein (*The Rise of Fascism*, Berkley, 1967), um ensaio anterior de Juan Linz («An Authoritarian Regime: Spain» in Erik Allardt e Yrjo Littunen, orgs., *Cleavages, Ideologies and Party Systems*, Helsinquia, 1964), Clement H. Moore («The single Party as Source of Legitimacy» in Samuel P. Huntington e Clement H. Moore, orgs., *Authoritarian Politics in Modern Society*, Nova Iorque, 1970), Charles F. Delzell (*Mediterranean Fascism, 1919-1945*, Nova Iorque, 1970), Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*, Cambridge, 1976), Henri Michel, *Les Fascismes*, Paris 1977), ou, mais recentemente, Pierre Milza (*Les Fascismes*, Paris, 1985) ou Stephen J. Lee (*The European Dictatorships, 1918-1945*, Londres, 1987).

⁵⁴ João B. SERRA, Luís Salgado de MATOS, 1982; Maria CARRILHO, 1982 e 1985; José Medeiros FERREIRA, 1983 e 1984; Boaventura Sousa SANTOS, 1985.

⁵⁵ Maria Filomena Mónica, «Clássicos e luta de classes», in *Diário de Notícias* de 2 de Fevereiro de 1983 («Revista de livros», p.VI-VII).

⁵⁶ Em especial o Partido Comunista Português: José Pacheco PEREIRA, 1981, João Arsénio NUNES, 1981, João G.P.QUINTELA, 1976, César OLIVEIRA, 1976, Fernando ROSAS, 1983.

⁵⁷ Manuel Braga da CRUZ, 1983; David L.RABY, 1982 e 1984.

⁵⁸ Mencionam-se, dentre as mais recentes, as de Nuno VALÉRIO, 1985, César OLIVEIRA, 1985, Arlindo Manuel CALDEIRA, 1986, Rui RAMOS, 1986, Fernando ROSAS, 1986, e José Maria Brandão de BRITO, 1989.

⁵⁹ Francisco Pereira de MOURA, 1958 e 1969, Xavier PINTADO, 1964.

⁶⁰ Mário MURTEIRA, 1964, Armando CASTRO, 1970.

⁶¹ Luís Salgado de MATOS, 1973, Maria Belmira MARTINS, 1973.

⁶² João Martins PEREIRA, 1971.

⁶³ A. Sedas NUNES, 1964 e 1969.

⁶⁴ Carlos ALMEIDA, António BARRETO, 1970.

⁶⁵ Vitorino Magalhães Godinho, *O Socialismo e o futuro da Península*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.[1969].

⁶⁶ José Gentil da SILVA, 1969.

⁶⁷ Armando CASTRO, «A dinâmica económico-social portuguesa do pós-guerra (1946-74), numa perspectiva teórico-crítica testemunhal», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74.

⁶⁸ Cf. João B.Serra e José Manuel Sobral, *op.cit.*

⁶⁹ Armando Castro, *Introdução ao Estudo...* (*op.cit.*, nota n.º 33).

⁷⁰ Uma reedição dos *Cadernos* foi efectuada em 1975: *Cadernos de Circunstância*, 67-70, Porto, Afrontamento.

⁷¹ João Martins Pereira, «A longa descoberta do caminho marítimo para a Europa», texto mais tarde reunido em livro (João Martins PEREIRA, 1971).

⁷² Manuel Vilaverde CABRAL, 1974.

⁷³ Miriam Halpern PEREIRA, 1974.

⁷⁴ Francisco Pereira de MOURA, 1969.

⁷⁵ A emigração, como a mobilidade geográfica interna, motivou um surto de literatura especializada em meados das década de 1960, o qual se prolongou pela década seguinte. Joel SERRÃO (1965 e 1972) debruçou-se sobre o fenómeno, encarando-o como uma das constantes da história de Portugal, embora notando que a partir da segunda metade do século XIX a emigração «seria consequência natural do baixo nível do rendimento nacional, efeito, por seu turno, de um lento crescimento económico, de que são índices seguros a hesitante curva da nossa industrialização e o predomínio no conjunto nacional das actividades agrárias ou primárias que utilizam e mobilizam percentagens excessivas da mão-de-obra disponível». A discussão deste ponto de vista foi feita, relativamente à emigração dos anos 60 e 70 deste século, por Carlos ALMEIDA e António BARRETO (1970) a António Sousa FRANCO (1974) e, para a segunda metade do século XIX e primeiro quartel do século XX, por Manuel Villaverde CABRAL (1979) e Miriam Halpern PEREIRA (1981).

⁷⁶ A história económica da segunda metade do século XIX e primeiro quartel do século XX tem sido objecto de novas apreciações, designadamente por historiadores com sólida preparação económica ou mesmo possuidores de uma formação básica em economia. Recorrendo preferentemente a técnicas e métodos da econometria, as conclusões a que vêm chegando contrariam o «pessimismo» dominante na historiografia predecessora quanto ao comportamento dos principais indicadores do nosso desenvolvimento (Jaime REIS, 1984, 1986 e 1987, Pedro LAINS, 1986 e 1987 e David JUSTINO, 1987). Não deixa, no entanto, de ser interessante notar que os mais recentes trabalhos sobre a economia dos anos 20 e 30 deste século produzidos por historiadores menos «econometristas» também contestam a ideia de um marasmo para esse período (Cf. secção «A economia sob o Estado Novo — estagnação ou desenvolvimento?» in *Estado Novo, das origens...*, vol.I).

BIBLIOGRAFIA

- 1.º *Encontro de história de educação em Portugal* (1988)
(Lisboa 19-20 de Outubro de 1987. Comunicações).
Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- AGUIAR, Joaquim (1985)
O Pós-Salazarismo. As fases políticas no período 1974-1984. Lisboa, Dom Quixote.
- ALARCÃO, Alberto de (1969)
Mobilidade geográfica da população de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações internas: 1921-1961. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALARCÃO, Alberto de (1985)
«Do tradicional êxodo demográfico ao contemporâneo retorno de populações na «Região» do Centro ou Beira(s) de Portugal». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17. Coimbra.
- ALBONICO, A. (1977)
Breve Storia del Portogallo Contemporaneo. Napoles.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1984)
Comportamentos demográficos e estratégias familiares. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- ALMEIDA, Carlos, BARRETO, António (1970)
Capitalismo e emigração em Portugal. Lisboa, Prelo.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (1985)
«Comportamentos eleitorais em Lisboa: 1878-1910». In *Análise Social*, vol. XXI, n.º 85. Lisboa.
- AMARO, Rogério Roque (1982)
«O salazarismo na lógica do capitalismo em Portugal». In *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72/73/74. Lisboa.
- ANTUNES, José Freire (1978)
A desgraça da República na ponta das baionetas. As Forças Armadas do 28 de Maio. Lisboa. Bertrand.
- ANTUNES, José Freire (1986)
Os Americanos e Portugal. vol. I. *Os anos de Richard Nixon: 1969-1974*. Lisboa, Dom Quixote.

* Nesta bibliografia, não foram tomados em consideração os estudos sobre problemáticas específicas, como as da história do movimento operário e sindical ou da história do colonialismo. Do mesmo modo, a história da cultura portuguesa não fica abrangida por este inventário bibliográfico. Em contrapartida, são nele referenciadas obras que, embora não se reivindicuem de um estatuto historiográfico, influenciaram de alguma forma a produção da disciplina, supriram as suas lacunas ou recorreram elas próprias ao método histórico. Foram privilegiados os estudos em detrimento das colectâneas de fontes e obras de carácter memorialístico. As datas de edição figuram entre parêntesis rectos sempre que, na ausência de menção editorial adequada, se recorreu à informação do depósito legal. As referências bibliográficas de autores estrangeiros não editados em Portugal foram na sua maioria recolhidas, com a amável permissão do autor, em dois trabalhos da autoria de António Costa Pinto, um dos quais ainda inédito: «O salazarismo e o fascismo europeu: os primeiros debates nas Ciências Sociais» (recentemente publicado em *Salazar e o salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote, 1989) e «O Estado Novo português na recente historiografia internacional sobre o fascismo» (a inserir em *La recherche en Histoire du Portugal*, n.º 2, Paris, CEP/EHESS).

- ANTUNES, M. L. Marinho (1973)
A emigração portuguesa desde 1950. Dados e comentários. Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1981)
 «Portugal e a emigração». In *Estudos sobre a emigração portuguesa.* Lisboa, Sá da Costa.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983)
A emigração portuguesa: suas origens e distribuição. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal* (1964)
 «Análise Social» (Número especial comemorativo do cinquentenário do I.S.C.E.F.), vol.II, n.º 7-8. Lisboa.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1978)
 «Dos projectos de colonização interna ao capitalismo agrário (anos 30-1974)». In *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra* (número especial «Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro»). Coimbra.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1981)
 «Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos 30 — 1974) In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8. Coimbra.
- BAPTISTA, Jacinto (1964)
O Cinco de Outubro. Lisboa, Arcádia.
- BAPTISTA, Jacinto (1966)
Um jornal na Revolução: «O Mundo» de 5 de Outubro de 1910. Lisboa, Seara Nova.
- BARRETO, António (1984)
 «Estado central e descentralização: antecedentes e evolução, 1974-1984» In *Análise Social*, vol. XX, n.º 81-82. Lisboa.
- BARRETO, António [1986]
Anatomia duma revolução: a Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976. Mem-Martins, Europa-América.
- BARRETO, António (1988)
 «O vinho do Porto e a intervenção do Estado» In *Análise Social*, vol. XXIV. Lisboa.
- BARROS, Afonso de (1986)
Do latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo. Oeiras, C. E. E. A./ Instituto Gulbenkian de Ciência.
- BARROS, Júlia Leitão de (1989)
 «Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a II Guerra Mundial». In *Portugal na II Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*, Lisboa, Dom Quixote.
- BASTIAN, Carlos (1984)
 «A Revista de Economia e a introdução do keinesianismo em Portugal». In *Estudos de Economia*, vol.IV(2), Lisboa.
- BASTIAN, Carlos (1988)
 «Afirmção das ideias económicas marxistas em Portugal (1945-1954)». In CARDOSO, José Luís (org.) *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal. Comunicações apresentadas no seminário sobre história do pensamento económico em Portugal* (organizado em Outubro de 1987 pelo CISEP do Instituto Superior de Economia). Lisboa, Dom Quixote.

- BESSA, Daniel (1988)
O processo inflacionário português (1945 — 1980). Porto, Afrontamento.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1989)
 «António Sérgio, o historiador comprometido». In *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 2. Lisboa.
- BRITO, J. M. Brandão de (1984)
 «Rumos velhos e novos da industrialização portuguesa». In *Evolução recente e perspectivas de transformação da economia portuguesa. Conferência realizada em 27, 28 e 29 de Abril de 1983*. vol.IV. Lisboa, Instituto Superior de Economia.
- BRITO, J. M. Brandão de (1985)
 «Corporativismo e industrialização : elementos para o estudo do condicionamento industrial». In *Ler História*, n.º 6, Lisboa.
- BRITO, J. M. Brandão de (1988)
 «Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo». In Cardoso, José Luis (org.). *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal. Comunicações apresentadas no seminário sobre história do pensamento económico em Portugal* (organizado em Outubro de 1987 pelo CISEP do Instituto Superior de Ecónomia). Lisboa, Dom Quixote.
- BRITO, J. M. Brandão de (1989)
 «Sobre as ideias economicas de Salazar». In A. E. Duarte Silva et allia, *Salazar e o salazarismo*, Lisboa, D. Quixote.
- BRITO, J. M. Brandão de (1989)
A indústria portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965): o condicionamento industrial. Lisboa, Dom Quixote.
- BRUNEAU, Thomas C. (1976)
 «Church and State in Portugal: crises of cross and sword». In *Journal of Church and State*, vol. 18, n.º 3.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1974)
Materiais para a história da questão agrária em Portugal: séculos XIX-XX. Porto, Inova.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1976)
 «Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes». In *Análise Social*, vol.XII, n.º 48, Lisboa.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1977)
O operariado nas vésperas da República: 1909-1910. Lisboa, Presença/GIS.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1979)
 «A Grande Guerra e o Sidonismo: esboço interpretativo». In *Análise Social*, vol.XV, n.º 58. Lisboa.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1979)
Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914. Lisboa, A Regra do Jogo.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1982)
 «História política das Ciências Sociais portuguesas: 1880-1980». In LAMOUNIER, Bolivar (org.), *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1983)
 «A Segunda República portuguesa numa perspectiva histórica». In *Análise Social*, vol.XIX, n.º 75. Lisboa, ICS.

- CALDEIRA, Arlindo Manuel (1986)
«O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1928-1934)». In *Análise Social*, vol.XXII, n.º 94. Lisboa.
- CAMPINOS, Jorge (1975)
Ideologia política do Estado salazarista. Lisboa, Portugaláia.
- CAMPINOS, Jorge (1975)
A Ditadura Militar: 1926/1933. Lisboa, Dom Quixote.
- CARDOSO, José Luís, org. (1988)
Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal. Comunicações apresentadas ao seminário sobre história do pensamento económico em Portugal (organizado em Outubro de 1987 pelo CISEP do Instituto Superior de Economia). Lisboa, Dom Quixote.
- CARRILHO, Maria (1982)
«Origens sociais do corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo do século XX». In *Análise Social*, vol.XVIII, n.º 72-73-74. Lisboa.
- CARRILHO, Maria (1985)
Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares. Lisboa, Imprensa Nacional.
- CARRILHO, Maria *et allia* (1989)
Portugal na II Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação. Lisboa, D. Quixote.
- CASTRO, Armando (1963)
«Capitalismo — na época contemporânea». In *Dicionário de História de Portugal*, vol.I. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- CASTRO, Armando (1963)
«Indústria — na época contemporânea». In *Dicionário de História de Portugal*, vol.I. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- CASTRO, Armando (1970)
Desenvolvimento económico ou estagnação? Lisboa, Dom Quixote.
- CASTRO, Armando *et allia* (1971)
Sobre o capitalismo português. Coimbra, Atlântida Editora.
- CASTRO, Armando (1973)
A economia portuguesa do século XX (1900-1925). Lisboa, Edições 70.
- CATROGA, Fernando de Almeida (1977)
«Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social». In *Revista de História das Ideias*, n.º 1, Coimbra.
- CATROGA, Fernando (1988)
«O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)». In *Análise Social*, vol. XXIV. Lisboa.
- CHILCOTE, Ronald H. (1987)
A Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974. Bibliografia anotada sobre os antecedentes e evolução posterior. Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril/Universidade Coimbra.
- COCCO, Nuccio (1980)
«Salazarismo». In TRANFAGLIA, Nicola *et allia*, *Storia d'Europa*, vol. 3, Florença.
- CRUZ, Manuel Braga da (1980)
As origens da Democracia Cristã em Portugal e o salazarismo. Lisboa, Presença/GIS.
- CRUZ, Manuel Braga da (1982)
«O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo». In *Análise Social*, vol.XVII. n.º 70, Lisboa.

- CRUZ, Manuel Braga da (1983)
«A oposição eleitoral ao salazarismo». In *Revista de História das Ideias*, n.º 5 (2.º), Coimbra.
- CRUZ, Manuel Braga da, LUCENA, Manuel de (1985)
«Introdução ao desenvolvimento da Ciência Política nas Universidades portuguesas». In *Revista de Ciência Política*, n.º 2, Lisboa.
- CRUZ, Manuel Braga da (1986)
Monárquicos e republicanos no Estado Novo. Lisboa, Dom Quixote.
- CRUZ, Manuel Braga da (1989)
O Partido e o Estado no salazarismo. Lisboa, Presença.
- CRUZ, Manuel Braga da (1989)
«Salazar e a política». In A. Duarte SILVA *et alia*, *Salazar e o salazarismo*, Lisboa, D. Quixote.
- CUTILEIRO, José (1977)
Ricos e pobres no Alentejo. (Uma sociedade rural portuguesa). Lisboa, Sá da Costa [1.ª ed., Oxford, 1971].
- DELGADO, Iva [1980]
Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Mem Martins, Europa-América.
- (O) *Estado Novo, das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*. (1987)
[Comunicações apresentadas ao Colóquio sobre..., realizado em Novembro de 1986]. 2 vols. Lisboa, Fragmentos.
- EVANGELISTA, João (1971)
Um século de população portuguesa (1864-1960). Lisboa, Centro de Estudos Demográficos.
- (O) *Fascismo em Portugal*. (1982)
[Actas do colóquio sobre..., realizado em Março de 1980]. Lisboa, A Regra do Jogo.
- FEIJÓ, Rui *et alia* [org.] (1985)
A morte no Portugal contemporâneo. Aproximações sociológicas, literárias e históricas. Lisboa, Quercus.
- FERRÃO, João (1982)
«Evolução e estruturas regionais das classes sociais em Portugal (1960-1970)». In *Finisterra*, vol.XVII, n.º 34, Lisboa.
- FERRÃO, João.(1987)
Indústria e valorização do capital. Uma análise geográfica. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- FERRAZ, José Manuel (1975)
«O desenvolvimento socio-económico durante a Primeira República». In *Análise Social*, vol.XI, n.º 42. Lisboa.
- FERREIRA, David (1973, 1981)
História política da Primeira República portuguesa. 2 vols. [1910-1915;1915-1917]. Lisboa, Livros Horizonte.
- FERREIRA, José Medeiros (1983)
Ensaio histórico sobre a revolução do 25 de Abril: o período pré-constitucional. Lisboa, Imprensa Nacional.
- FERREIRA, José Medeiros (1984)
«Mudanças de regime político e Forças Armadas em Portugal: o trânsito da Monarquia para a República». In *Nova História*, n.º 2. Lisboa.

- FERREIRA, Vítor Matias (1986)
«Modos e caminhos da urbanização de Lisboa: a cidade e a aglomeração de Lisboa, 1890-1940». In *Ler História*, n.º 7. Lisboa.
- FERREIRA, Vítor Matias (1987)
A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da Metrópole. Lisboa, Dom Quixote.
- FONSECA, Carlos da [1980,1983]
História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. 4 vols. Mem Martins, Europa-América.
- (A) *Formação do Portugal contemporâneo: 1900-1980 (1982-1983)*
[Comunicações ao colóquio sobre... organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais em Dezembro de 1981]. «Análise Social», 2 vols., vol.XVIII, n.º 72-73-74, vol.XIX, n.º 77-78-79. Lisboa.
- FRANÇA, José-Augusto (1974)
A arte em Portugal no século XX. Lisboa, Bertrand
- FRANCO, António de Sousa (1968)
«A população de Portugal. Notas para um estudo da estrutura demográfica portuguesa». In *Boletim Trimestral do Banco Nacional Ultramarino*, n.º 75-76. Lisboa.
- FRANCO, António de Sousa (1974)
A emigração portuguesa para a Europa no conjunto da emigração portuguesa. Braga, Editora Pax.
- FRANCO, António de Sousa (1982)
«Ensaio sobre as transformações estruturais das Finanças Públicas portuguesas:1900-1980». In *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74. Lisboa.
- FREITAS, Eduardo de (1973)
«Polarização das relações sociais em Portugal:1930-1970». In *Análise Social*, vol.X, n.º 39, Lisboa.
- FREITAS, Eduardo de, *et alia* (1976)
Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura: estruturas agrárias em Portugal continental (1950-1970). Lisboa, Presença.
- GEORGEL, Jacques (1981)
Le Salazarisme. Histoire et bilan, 1926-1974. Paris..
- GIANNOTTI, P., PRIVATO, S. (1978)
Il Portogallo dalla prima alla seconda Republica (1910-1975). Urbino.
- GOMES, Mário de Azevedo, *et alia* (1945)
«Traços principais da evolução da agricultura portuguesa entre as duas Guerras Mundiais». In *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 1, Lisboa.
- GONÇALVES, Fernando (1986)
«A propósito dos projectos de urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais ?» In *Sociedade e Território*, n.º 4, Porto.
- GRÁCIO, Sérgio (1982)
«Escolarização e modos de integração na formação social portuguesa (1950-1978)». In *Análise Psicológica*, n.º 4, Lisboa.
- GRÁCIO, Sérgio (1987)
«A Reforma do ensino técnico em 1948 e a política educativa do Estado Novo». In *O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*. vol.II, Lisboa, Fragmentos.

- GRAHAM, Lawrence S. (1973)
 «Portugal: the bureaucracy of empire». In *LADS occasional papers*, 2.^a série, n.º 9., Austin. University of Texas Press.
- GRAHAM, Lawrence S. (1975)
 «The decline and collapse of an authoritarian order». In *Contemporary political sociological series*, Beverly Hills.
- GRAHAM, Lawrence S., MAKLER, Harry M., orgs. (1979)
Contemporary Portugal. The Revolution and its antecedents. Austin. University of Texas Press.
- GRAHAM, Lawrence S., WHEELER, Rorglos L. (1983)
In search of modern Portugal. The revolution and its consequences. Winconsin University of Winconsin Press.
- GROZ, Marielle Christine (1982)
O alojamento social sob o fascismo. Porto, Afrontamento.
- GUIBENTIF, Pierre (1985)
 «Génese da Previdência Social. Elementos sobre as origens da Segurança Social portuguesa e as suas ligações com o corporativismo». In *Ler História*, n.º 5, Lisboa.
- HOMEM, Amadeu Carvalho (1989)
A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga. Coimbra, Minerva.
- ITURRA, Raul (1985)
 «Casamento, ritual e lucro: a produção dos produtores numa aldeia portuguesa (1862-1983)». In *Ler História*, n.º 5, Lisboa.
- JOAQUIM, Augusto (1979)
 «Todos fomos de mais: introdução a ensaios sobre a topologia qualitativa do salazarismo». In *Análise Social*, vol.XV, n.º 59, Lisboa.
- JUSTINO, David (1987)
 «A evolução do Produto Nacional Bruto em Portugal, 1850-1910 — algumas estimativas provisórias». In *Análise Social*, vol.XXIII, n.º 97, Lisboa.
- JUSTINO, David [1988]
A Formação do Espaço Económico Nacional: Portugal, 1810-1913. 2 vols. Lisboa, Vega.
- LAINS, Pedro (1986)
 «Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada». In *Análise Social*, vol.XXII, n.º 91, Lisboa.
- LAINS, Pedro (1987)
 «O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de Industrialização «concorrencial». In *Análise Social*, Mvol.XXIII, n.º 97, Lisboa.
- LEITE, J. Costa (1987)
 «Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)». In *Análise Social*, vol. XXIII; n.º 97, Lisboa.
- LIMA, Marinús Pires de (1987)
 «Contribuição para uma história da organização racional do trabalho em Portugal, no contexto da economia sob o Estado Novo (1926-1959)». In *O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*, vol.I, Lisboa, Fragmentos.
- LOPES, Fernando Farelo (1985)
 «A I República — da “ditadura” democrática à violação das regras do jogo». In *Risco*, n.º 1, Lisboa.

- LOPES, Fernando Farello (1985)
«Cultura política e grupos sociais na I República». In *Risco*, n.º 2, Lisboa.
- LUCENA, Manuel de (1976)
A evolução do sistema corporativo português. 2 vols. I — *O salazarismo*. II — *O marcelismo*. Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- LUCENA, Manuel de (1978-1979)
«Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à Lavoura.» In *Análise Social*, vol.XIV, n.º 56, vol.XV, n.º 57, n.º 58, Lisboa.
- LUCENA, Manuel de (1979)
«The evolution of portuguese corporatism under Salazar and Caetano». In GRAHAM, Lawrence S., MAKLER, Harry M., (orgs) *Contemporary Portugal. The Revolution and its antecedents*. Austin, University of Texas Press.
- LUCENA, Manuel de (1981)
«Uma leitura americana do corporativismo português». In *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 66.
- LUCENA, Manuel de (1984)
«Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica». In *Análise Social*, vol.XX, n.º 83, Lisboa.
- LUCENA, Manuel de [1985]
Revolução e instituições. A extinção dos Grémios da Lavoura alentejanos. Mem Martins, Europa-América.
- MACEDO, Jorge Borges de (1979)
«A problemática tecnológica no processo de continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo». In *Economia*, vol.III, n.º 3, Lisboa.
- MAKLER, Harry Mark (1969)
A «elite» Industrial portuguesa. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MANIQUE, António Pedro (1986)
«As eleições administrativas de 1919 no concelho de Vila Franca de Xira (ontribuição para o estudo dos fenómenos eleitorais concelhios durante a I República)». In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, n.º 2. Vila Franca de Xira, Câmara Municipal.
- MARCADÉ, Jacques (1989)
Le Portugal au XX siècle, 1910-1985. Paris, PUF.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1967-1968-1969)
«Estudos sobre Portugal no século XX». In *O Tempo e o Modo*, n.º 47-48, n.º 54-55, n.º 62-63, n.º 71-72, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira [1971]
A Primeira República portuguesa. Para uma visão estrutural. Lisboa, Livros Horizonte.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1972-1973)
História de Portugal: desde os tempos mais antigos até ao Governo do sr. Marcelo Caetano. 2 vols. Lisboa, Palas Editora.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1975)
A Maçonaria e o Estado Novo. Lisboa, Dom Quixote.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978)
«The portuguese 1920's: a general survey». In *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (org.) [1979]
História da Primeira República portuguesa: as estruturas de base. Lisboa, Iniciativas Editoriais.

- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981)
Guia de história da Primeira República portuguesa. Lisboa, Estampa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1988)
Ensaio de História da I República Portuguesa. Lisboa, Livros Horizonte.
- MARQUES, Alfredo (1986)
 «A evolução da economia portuguesa sob a ditadura». In *Economia e Socialismo*, n.º 68, Lisboa.
- MARQUES, Alfredo (1988)
Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959). Lisboa, Livros Horizonte.
- MARQUES, António, BAIRRADA, Mário (1982)
 «As classes sociais na população activa portuguesa». In *Análise Social*, vol.XVIII, N.º 72-73-74, Lisboa.
- MARTINS, António Viana (1976)
Da Primeira República ao Estado Novo. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- MARTINS, Conceição Andrade (1988)
 «Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização». In *Análise Social*, vol. XXIV. Lisboa.
- MARTINS, Hermínio (1969)
 «Portugal». In WOOLF, S.J.(org.), *European fascism*. Londres, Vintage.
- MARTINS, Hermínio (1969)
 «Opposition In Portugal». In *Government and opposition*, vol. IV, n.º 2, Londres.
- MARTINS, Hermínio (1971)
 «Portugal». In ARCHER, Margaret Scotford, GINER, Salvador (orgs.), *Contemporary Europe: class, status and power*. Londres, Weidenfeld and Nicolson.
- MARTINS, Maria Belmira (1973)
Sociedades e grupos em Portugal. Lisboa, Estampa.
- MATA, Maria Eugénia, VALÁRIO, Nuno (1982)
 «O Banco de Portugal, único banco emissor, 1891-1931». In *Revista de História Económica e Social*, n.º 10, Lisboa.
- MATA, Maria Eugénia (1987)
Câmbios e política cambial na economia portuguesa, 1891-1931. Lisboa, Sá da Costa.
- MATOS, Luís Salgado de (1973)
Investimentos estrangeiros em Portugal. Lisboa, Seara Nova.
- MATOS, Luís Salgado de (1982)
 «Generalidade e drama: pensamento político português, 1945-1980». In LAMOUNIER, Bolivar (org.), *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- MEDEIROS, Fernando (1976)
 «Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal no período entre as duas Guerras». In *Análise Social*, vol.XII, n.º 46, Lisboa.
- MEDEIROS, Fernando (1978)
A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo. Lisboa, A Regra do Jogo.
- MEDEIROS, Fernando (1988)
 «Um sistema social de espaços múltiplos: a autonomia do local na sociedade portuguesa». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 25/26. Coimbra
- MEDINA, João (1978)
O Pelicano e a Seara. Integralistas e seareiros juntos na revista «Homens Livres». Lisboa, Edições António Ramos.

- MEDINA, João (1978)
Salazar e os fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A história de um conflito (1932-1935). Lisboa, Bertrand.
- MEDINA, João, *et alia* (1985)
História Contemporânea de Portugal. 5 vols. Lisboa, Amigos do Livro Editores.
- MEDINA, João, *et alia* (1986)
Portugal na Grande Guerra. «Guerristas» e «anti-guerristas». Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.
- MENDES, J. M. Amado (1984)
A área económica de Coimbra: estruturas e desenvolvimento industrial. Coimbra, Comissão Coordenadora da Região Centro.
- MENDES, Maria Filomena (1983)
 «Aplicação das diversas tábuas-tipo de mortalidade aos dados da situação portuguesa no período de 1930 a 1970». In *Economia e Sociologia*, n.º 35, ávora.
- MIRANDA, Sacuntala de (1984)
 «O declínio da supremacia britânica em Portugal». In *Nova História*, n.º 2, Lisboa.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978)
Educação e sociedade no Portugal de Salazar. (A escola primária salazarista: 1926-1939). Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- MÓNICA, Maria Filomena (1980)
 «Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX». In *Análise Social*, vol.XVI, n.º 63, Lisboa .
- MÓNICA, Maria Filomena (1982)
 «Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934). In *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa.
- MÓNICA, Maria Filomena (1984)
 «Bibliografia sobre o socialismo em Portugal (1875-1914)». In *Boletim de Estudos Operários*, n.º 5, Lisboa.
- MÓNICA, Maria Filomena (1985)
O movimento socialista em Portugal (1875-1934). Lisboa, Imprensa Nacional/I.E.D.
- MÓNICA, Maria Filomena (1986)
Artesãos e operários. Indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934). Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- MÓNICA, Maria Filomena (1987)
A queda da Monarquia. Portugal na viragem do século. Lisboa, Dom Quixote.
- MÓNICA, Maria Filomena (1987)
 «Capitalistas e industriais (1870-1914)». In *Análise Social*, vol.XXIII, n.º 99, Lisboa.
- MORAIS, João, VIOLANTE, Luís (1987)
Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais. Portugal, 1926-1985. Lisboa, Livros Horizonte.
- MOURA, Francisco Pereira de, *et alia* (1957)
Estudo sobre a indústria portuguesa. Lisboa, Associação Industrial Portuguesa.
- MOURA, Francisco Pereira de, PINTO, Luís M. Teixeira (1958)
Problemas do crescimento português. Lisboa, Associação Industrial Portuguesa.
- MOURA, Francisco Pereira de (1969)
Por onde vai a economia portuguesa? Lisboa, Dom Quixote.

- (0) *Movimento operário em Portugal* (1981)
[Comunicações ao seminário organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, Maio de 1981]. «Análise Social», vol.XVII, n.º 67-68-69, Lisboa.
- [A] *Mulher na sociedade portuguesa — vias históricas e perspectivas actuais* (1986)
[Actas de colóquio, 20 a 22 de Março de 1985]. vol. I. coimbra, I.H.E.S. da Faculdade de Letras da Universidade de coimbra.
- MURTEIRA, Mário (1964)
«O desenvolvimento industrial português e a evolução do sistema económico». In *Análise Social*, vol.II, n.º 7-8, Lisboa.
- MURTEIRA, Mário (1976)
«A situação económica em Portugal: origens e perspectivas». In *Análise Social*, vol.XII, n.º 46, Lisboa.
- MURTEIRA, Mário (1978)
«Trajectória de longo prazo do capitalismo português». In *Economia e Socialismo*, n.º 32-33, Lisboa.
- NAZARETH, J. Manuel (1977)
«As inter-relações entre família e emigração em Portugal: estudo exploratório». In *Economia e Sociologia*, n.º 23, ávora.
- NAZARETH, J. Manuel (1978)
«Dinâmica da população portuguesa». In *Análise Social*, vol.XIV, n.º 56, Lisboa.
- NAZARETH, J. Manuel (1979)
O envelhecimento da população portuguesa. Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- NAZARETH, J. Manuel (1985)
«A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação». In *Análise Social*, vol.XXI, n.º 87-88-89, Lisboa.
- NEVES, Mário (1989)
«A diplomacia portuguesa nas duas guerras do século», in Maria CARRILHO *et alia*, *Portugal na II Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*, Lisboa, Dom Quixote.
- NOGUEIRA, Armando (1969)
«A emigração portuguesa: demissão ou tomada de consciência?» In *Economia e Sociologia*, n.º 6, ávora.
- NOGUEIRA, César (1964-1966)
Notas para a história do socialismo em Portugal. 2 vols.I: 1871-1910, II: 1895-1925. Lisboa, Portugalíia.
- NOGUEIRA, César (1971)
«Partido Socialista». In *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- NUNES, A. Sedas (1964)
«Portugal, sociedade dualista em evolução». In *Análise Social*, vol.II, n.º 7-8, Lisboa.
- NUNES, A. Sedas, MIRANDA, J. David (1969)
«A composição social da população portuguesa». In *Análise Social*, vol.VII, n.º 27-28, Lisboa.
- NUNES, A. Sedas (1971)
O desenvolvimento em Portugal: aspectos sociais e Institucionais. Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.

NUNES, A. Sedas (1988)

«Histórias, uma história e a História — sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal». In *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100. Lisboa, ICS.

NUNES, Anabela, VALERIO, Nuno (1983)

«A Lei de Reconstituição Económica e a sua execução — um exemplo dos projectos e realizações da política económica do Estado Novo». In *Estudos de Economia*, vol.III, n.º 3, Lisboa.

NUNES, João Arsénio (1981)

«Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929:1931-1933». In *Análise Social*, vol.XVII, n.º 67-68-69, Lisboa.

NUNES, João Arsénio (1987)

«A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926 -1933)». In *O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia:1926-1959* vol.I, Lisboa, Fragmentos.

NUNES, João Arsénio *et allia* (1989)

«Em questão: Salazar e os fascismos». In *Vértice*, n.º 13, Abril.

Ó, Jorge Ramos do (1989)

«As circunstâncias ocorrentes — notas para a compreensão do pragmatismo político de Oliveira Salazar». In A. Duarte SILVA, *et allia, Salazar e o salazarismo*, Lisboa, D. Quixote.

OLIVEIRA, César (1972)

O operariado e a República Democrática: 1910-1914. Porto, Afrontamento.

OLIVEIRA, César (1973)

«Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português perante a Guerra de 1914-1918». In *Análise Social*, vol. X, n.º 40, Lisboa.

OLIVEIRA, César (1975)

O primeiro congresso do Partido Comunista Português. Lisboa, Seara Nova.

OLIVEIRA, César (1980)

A preparação do 28 de Maio. António Ferro e a propaganda do fascismo:1920-1926. Lisboa, Morais.

OLIVEIRA, César [1985]

Portugal e a Segunda República de Espanha: 1931-1936. Lisboa, Perspectivas & Realidades.

OLIVEIRA, César (1987)

Salazar e a Guerra Civil de Espanha. Lisboa, O Jornal.

OLIVEIRA, César (1989)

«Oliveira Salazar e a política externa portuguesa, 1932-1968». In A. Duarte SILVA, *et allia, Salazar e o salazarismo*, Lisboa, D. Quixote.

OLIVEIRA, Vasco, SANTOS, Aníbal (1977)

O capital fixo na Indústria transformadora portuguesa: 1947-1974. Lisboa, G.E.B.E.I.

O'NEILL, Brian Juan (1981)

«Proprietários, jornaleiros e criados numa aldeia transmontana desde 1886». In *Estudos Contemporâneos*, n.º 2/3, Porto.

O'NEILL, Brian Juan (1984)

Proprietários, lavradores e jornaleiras. Desigualdade social numa aldeia transmontana. 1870-1978. Lisboa, Dom Quixote.

PAIS, José Machado, *et allia* (1976,1978)

«Elementos para a história do fascismo nos campos: a Campanha do Trigo (1928-1938)». In *Análise Social*, vol.XII, n.º 46, vol.XIV, n.º 54. Lisboa.

- PAIS, José Machado (1985)
A prostituição e a Lisboa boémia do século XIX aos inícios do século XX. Lisboa, Querco.
- PAIS, José Machado (1987)
 «A crise do regime liberal republicano: algumas hipóteses explicativas». In *O Estado Novo, das origens ao fim da autarquia: 1926-1959*. vol.I, Lisboa, Fragmentos.
- PATRIARCA, Fátima (1987)
 «O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47)». In *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 99, Lisboa.
- PAYNE, Stanley G. (1980)
Fascism, comparison and definition. Madison, University of Winsconsin Press.
- PAYNE, Stanley G. (1983)
 «Salazarism: fascism or bureaucratic authoritarianism?». In *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. vol. 2, Lisboa, Estampa.
- PEREIRA, A. Ramos (1956)
 «O mercado monetário em Portugal no período de 1931-1955». In *Revista de Economia*, IX. Lisboa.
- PEREIRA, João Martins (1971)
Pensar Portugal hoje. Lisboa, Dom Quixote.
- PEREIRA, José Pacheco (1971)
As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918. Porto, Portucalense.
- PEREIRA, José Pacheco (1981)
 «Contribuição para a história do Partido Comunista Português — Primeira República (1921-1926)». In *Análise Social*, vol.XVII, n.º 67-68-69, Lisboa.
- PEREIRA, José Pacheco [1982]
Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal. Mem Martins, Europa-América.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1974)
Assimetrias de crescimento e dependência externa. Lisboa, Seara Nova.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1976)
 «A Primeira República: projectos e realizações». In *5 de Outubro de 1976. Conferências no Palácio Foz*. Lisboa, /Direcção Geral de Divulgação.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1979)
Política e economia: Portugal nos séculos XIX e XX. Lisboa, Livros Horizonte.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981)
A política portuguesa de emigração: 1850-1930. Lisboa, A Regra do Jogo.
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1987)
 «A arquitectura do Estado Novo, de 1926 a 1959». In *O Estado Novo, das origens ao fim da autarquia: 1926-1959*. vol,II, Lisboa, Fragmentos.
- PERES, Damião (1958)
História de Portugal. Suplemento. Porto, Portucalense.
- PINTADO, Xavier (1964)
Structure and growth of portuguese economy. Genebra, E.F.T.A.
- PINTO, António Costa, RIBEIRO, Nuno Afonso (1980)
A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936). A juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo. Lisboa, História & Crítica.

- PINTO, António Costa (1982)
«A formação do Integralismo Lusitano: 1907-1917». In *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa.
- PINTO, António Costa (1985)
«A direita radical e a Ditadura Militar: a Liga Nacional 28 de Maio (1928-1933)». In FERREIRA, Eduardo de Sousa, *et allia* (org.), *Conflitos e mudanças em Portugal, 1974-1984*. Lisboa, Teorema.
- PINTO, António Costa (1989)
«O fascismo e a crise da I República: os nacionalismos lusitanos (1923-1925)». In *Penélope Fazer e Desfazer a História*, n.º 3. Lisboa.
- PINTO, António Costa. (1989)
«O salazarismo e o fascismo europeu: os primeiros debates nas Ciências Sociais» In A. Duarte SILVA, *et allia*, *Salazar e o salazarismo*. Lisboa, Dom Quixote.
- PINTO, Armando Sevinate, *et allia* (1984)
A Agricultura portuguesa no período 1950-1980: de suporte do crescimento industrial a travão ao desenvolvimento económico. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PORTELA, Artur (1982)
Salazarismo e artes plásticas. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- PROENÇA, Maria Cândida
Eleições municipais em Sintra, 1910-1926. Sintra, Câmara Municipal.
- QUINTELA, João G. P. (1976)
Para a história do movimento comunista em Portugal. A construção do Partido (1919-1929). Porto, Afrontamento.
- RABY, David L. (1982)
«O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do General Humberto Delgado em 1958.» In *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa.
- RABY, David L. (1988)
«O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição: 1942-1947». In *Análise Social*, vol. XX, n.º 84, Lisboa.
- RABY, Linda D. (1988)
Fascism and resistance in Portugal: communists, liberals and military dissidents, in the opposition to Salazar, 1941-1947. Massachusetts, University Press.
- RAFAEL, Francisco, *et allia* (1976)
Portugal, capitalismo e o Estado Novo — algumas contribuições para o seu estudo. Porto, Afrontamento.
- RAMOS, Rui (1986)
«O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-1939)». In *Análise Social*, vol. XXII, n.º 90, Lisboa.
- RAVARA, António Pinto (1981)
«Acerca das eleições de 1911». In *Clio*, vol.3, Lisboa.
- REGO, Raul (1986-1987)
História da República. 5 vols. Lisboa, Circulo de Leitores.
- REIS, Jaime (1979)
«A Lei da Fome: as origens do proteccionismo cerealífero (1899-1914)». In *Análise Social*, vol. XV, n.º 60, Lisboa.

- REIS, Jaime (1982)
«Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo (1860-1930)». In *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 71, Lisboa.
- REIS, Jaime (1984)
«O atraso económico português em perspectiva histórica: 1860-1913». In *Análise Social*, vol. XX, n.º 80, Lisboa.
- REIS, Jaime (1986)
«A produção Industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice». In *Análise Social*, vol. XXII, n.º 94, Lisboa.
- REIS, Jaime (1987)
«A Industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913:» In *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 96, Lisboa.
- RIBEIRO, F. G. Cassola (1986)
Emigração portuguesa. Algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984. Porto, Centro de Estudos da S.E. das Comunidades Portuguesas.
- RIBEIRO, J. Manuel Félix, *et alia* (1987)
«Grande Indústria, banca e grupos financeiros (1953-1973)». In *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 99. Lisboa, ICS.
- RIEGELHAUPT, Joyce Firstenberg (1979)
«Os camponeses e a política no Portugal de Salazar: o Estado Corporativo e o «apoliticismo» nas aldeias». In *Análise Social*, vol. XV, n.º 59, Lisboa.
- ROBINSON, Richard (1977)
«The religious question and the catholic revival in *Portugal*» in *Journal of Contemporary History*, n.º 12.
- ROBINSON, Richard A. H. (1979)
Contemporary Portugal. A history. Londres, George Allen & Unwin
- ROCHA, Edgar (1984)
«Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-1973: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho». In *Análise Social*, vol. XX, n.º 84, Lisboa.
- ROCHA, Filipe (1987)
Fins e objectivos do sistema escolar português. I- Período de 1820 a 1926. Aveiro, Livraria Estante.
- ROSAS, Fernando (1983)
«O PCP e a Segunda Guerra Mundial». In *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, Porto.
- ROSAS, Fernando (1985)
As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo. As eleições de 16 de Dezembro de 1934. Lisboa, O Jornal.
- ROSAS, Fernando (1986)
O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938). Lisboa, Estampa.
- ROSAS, Fernando (1988)
«As ideias sobre desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos». In CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal. Comunicações apresentadas no seminário sobre história do pensamento económico em Portugal*. (Organizado em Outubro de 1987 pelo CISEP do Instituto Superior de Economia). Lisboa, D. Quixote.

- ROSAS, Fernando (1989)
«A crise do liberalismo e as origens do 'autoritarismo moderno' e do Estado Novo em Portugal», In *Penélope*, n.º 2, Lisboa.
- ROSAS, Fernando (1989)
«A Indústria portuguesa durante a II Guerra Mundial». In Maria CARRILHO, *et alia*, *Portugal na II Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*. Lisboa, Dom Quixote.
- SAMPAIO, J. Salvado (1973)
Evolução do ensino em Portugal (1940/41-1966/67). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SAMPAIO, J. Salvado (1975, 1976, 1977)
O ensino primário: 1911-1969. Contribuição monográfica. 3 vols. I — 1911-1926. II — 1926-1955. III — 1955-1969. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1985)
«Os três tempos simbólicos da relação entre as Forças Armadas e a sociedade em Portugal». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15-16-17, Coimbra.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1985)
«Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português». In *Análise Social*, vol. XXI, n.º 87-88-89, Lisboa.
- SANTOS, Fernando Piteira (1976)
«O Cinco de Outubro e a história: perspectiva socio-política da Revolução». In *5 de Outubro de 1976. Conferências no Palácio Foz*. Lisboa, S.E.C.S./ Direcção Geral de Divulgação.
- SANTOS, Fernando Piteira [1979]
Raúl Proença e a «Alma Nacional»: da colaboração com António José de Almeida à ruptura. Mem Martins, Europa-América.
- SANTOS, Fernando Piteira (1982)
«Na transição do constitucionalismo monárquico para o constitucionalismo republicano : a crise do Partido Socialista e a crise do Partido Republicano». In *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa.
- SANTOS, João António (1985)
Regionalização processo histórico. Lisboa, Livros Horizonte.
- SARAIVA, José Hermano (dir.) (1985)
História de Portugal. vol. VI [Época Contemporânea]. Lisboa, Publicações Alfa.
- SCHMITTER, Philippe C. (1975)
«Corporatism and public policy In authoritarian Portugal». in *Contemporary Political Sociological Series*, vol. 1, Londres.
- SCHMITTER, Philippe C. (1975)
«Liberation by Golpe. Retrospective thoughts on demise of authoritarian rule in Portugal». In *Armed Forces and Society*, vol. 2, n.º 1.
- SCHMITTER, Philippe C. (1978)
«The impact and meaning of non-competitive, non-free and insignificant elections in authoritarian Portugal, 1933-1974». In HERMET, Guy *et alia* (orgs.), *Elections without choice*, Londres.
- SCHMITTER, Philippe C. (1979)
«The regime d'exception that became the rule: forty-eight years of authoritarian domination in Portugal». In GRAHAM, Lawrence S., MAKLER, Harry M., (orgs) *Contemporary Portugal. The Revolution and its antecedents*. Austin. University of Texas Press.

- SCHWARTZMAN, Kathleen (1985)
 «The post-war democratic economy of Portugal». In FERREIRA, Eduardo de Sousa, OPELLO Jr. Walter (org.) *Conflitos e mudanças em Portugal (1974-1984)*. Lisboa, Teorema.
- SERRA, João B., MATOS, Luís Salgado de (1982)
 «Intervenções militares na vida política». In *Análise Social*, vol.XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa.
- SERRA, João B. (1986)
 «Um modelo de análise política do sistema liberal republicano: Raúl Proença na Seara : 1921-1931». In *Ler História*, n.º 7, Lisboa.
- SERRA, João B. (1986)
 «João Chagas perante a Guerra». In *Diário I* de João Chagas. Lisboa, Rolim.
- SERRA, João B. (1987)
 «Elites locais e competição eleitoral em 1911». In *Análise Social*, vol.XXIII, n.º 95, Lisboa.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989)
História de Portugal. Vol. XI — *A Primeira República (1910-1926): História política, religiosa, militar e ultramarina*. Lisboa, Verbo.
- SERRÃO, Joel (1958)
Sampaio Bruno: o homem e o pensamento. Lisboa, Inquérito.
- SERRÃO, Joel (1963)
 «Burguesia — na época contemporânea». In *Dicionário de História de Portugal*, vol.I. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- SERRÃO, Joel (1965)
 «Emigração». In *Dicionário de História de Portugal*, vol.II. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- SERRÃO, Joel (1968)
 «Povo — na época contemporânea». In *Dicionário de História de Portugal*, vol. III. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- SERRÃO, Joel (1968)
 «Republicanismo». In *Dicionário de História de Portugal*, vol.III. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- SERRÃO, Joel (1969)
Do sebastianismo ao socialismo em Portugal. Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (1970)
 «Introdução ao estudo do pensamento político na época contemporânea: 1820-1920». In *Antologia do pensamento político português*. I — *Liberalismo, socialismo, republicanismo*. Porto, Inova.
- SERRÃO, Joel [1972]
A emigração portuguesa; sondagem histórica. Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (1981)
 «Estrutura social, ideologias e sistema de ensino». In SILVA, Manuela, TAMEN, M. Isabel (orgs.) — *Sistema de ensino em Portugal*. Lisboa, Fundação Calouste Gukbenkian.
- SERRÃO, Joel (1982)
 «República se chamava». In *A Revolução Portuguesa: 1907-1910 de Machado Santos*. Lisboa, Assírio e Alvim.
- SERRÃO, Joel (1985)
 «Notas sobre emigração e mudança no Portugal contemporâneo». In *Análise Social*, vol.XXI, n.º 87-88-89, Lisboa.

- SIDERI, Sandro (1978)
Comércio e poder: colonialismo Informal nas relações anglo-portuguesas. Lisboa, Cosmos [1ª ed., Roterdão, 1970].
- SILVA, A. E. Duarte, *et alia* (1989)
Salazar e o salazarismo. Lisboa, D. Quixote.
- SILVA, F. Marques da (1970)
O povoamento da Metrópole através dos censos. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- SILVA, José Gentil da (1969)
 «Au Portugal: l'auto-consommation, siècles XIV-XX». In *Annales E.S.C.*, (2.º), Paris.
- SILVA, Manuela (1980)
 «A política industrial em Portugal e seus efeitos no emprego e na repartição do rendimento». In *Economia e Socialismo*, n.º 51, Lisboa.
- SILVA, Manuela (1982)
 «Crescimento económico e pobreza em Portugal: 1950-1974». In *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa.
- SILVEIRA, Joel da (1982)
 «Alguns aspectos da política económica do fascismo (1926-1933): da crise de sobreprodução ao condicionamento Industrial». In *O fascismo em Portugal*. Lisboa, A Regra do Jogo.
- SMITH, John D. Vincent (1975)
As relações políticas luso-britânicas, 1910-1916. Lisboa, Livros Horizonte .
- SOBRAL, José Manuel, ALMEIDA, Pedro Tavares de (1982)
 «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901». In *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa.
- SOUSA, A. Teixeira de, FREITAS, Eduardo de (1973)
 «Subsídios para uma análise da população activa operária em Portugal». In *Análise Social*, vol. X, n.º 38, Lisboa.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de (1983)
Os partidos políticos no Direito Constitucional português. Braga, Livraria Cruz.
- STOER, Stephen R., ARAÚJO, Helena Costa G. (1987)
 «A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidades e rupturas (1926-1933)». In *O Estado Novo, das origens ao fim da autarquia: 1926-1959*. vol. II, Lisboa, Fragmentos.
- TELO, António José (1977)
O sidonismo e o movimento operário português. Luta de classes em Portugal: 1917-1919. Lisboa, Ulmeiro.
- TELO, António José (1980)
 «O Exército e a República». In *História*, n.º 25, Lisboa.
- TELO, António José (1980, 1984)
Decadência e queda da Primeira República portuguesa. 2 vols. Lisboa, A Regra do Jogo.
- TELO, António José (1987)
Portugal na Segunda Guerra. Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1978)
Conspiração contra Portugal (1910-1912). As relações políticas entre Portugal e Espanha. Lisboa, Livros Horizonte.

- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1980)
Na encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha, 1913-1919. Lisboa, Estampa.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1985)
Do perigo espanhol à Amizade Peninsular. Portugal-Espanha, 1919-1930. Lisboa, Estampa.
- TRINCÃO, Victor, COMPRIDO, Francisco (1987)
 «Semi aggregate consumption in Portugal: 1958-1975». In *Economia*, Vol. XIV (1), Lisboa.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (org.) (1981)
Estudos sobre a emigração portuguesa. Lisboa, Sá da Costa.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, ARROTEIA, Jorge Carvalho (1984)
Bibliografia da emigração portuguesa. Lisboa, Instituto de Ensino à Distância.
- VALENTE, Vasco Pulido (1965)
 «Portugal e a Guerra de 1914-18». In *O Tempo e o Modo*, n.º 33, Lisboa.
- VALENTE, Vasco Pulido (1967)
 «Ramalho Ortigão e a crise do Estado em Portugal». In *O Tempo e o Modo*, n.º 47-48, Lisboa.
- VALENTE, Vasco Pulido (1967)
 «As duas tácticas da Monarquia (1908-1910)». In *O Tempo e o Modo*, n.º 54-55, Lisboa.
- VALENTE, Vasco Pulido (1968)
 «Estudos sobre Sidónio Pais». In *O Tempo e o Modo*, n.º 60-61, n.º 62-63, Lisboa.
- VALENTE, Vasco Pulido (1973)
O Estado liberal e o ensino: os liceus portugueses (1834-1930). Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.
- VALENTE, Vasco Pulido (1973)
 «A revolta do grelo : ensaio de análise política. In *Análise Social*, vol.X, n.º 37, Lisboa.
- VALENTE, Vasco Pulido (1976)
O poder e o povo: a Revolução de 1910. Lisboa, Dom Quixote.
- VALENTE, Vasco Pulido (1977)
 «A revolta dos abastecimentos : Lisboa, Maio de 1917». In *Economia*, vol.I, n.º 1, Lisboa.
- VALENTE, Vasco Pulido (1983)
Tentar perceber. Lisboa, Imprensa Nacional.
- VALÉRIO, Nuno (1983)
 «O Produto Nacional de Portugal entre 1913 e 1947: uma primeira aproximação». In *Revista de História Económica e Social*, n.º II, Lisboa.
- VALÉRIO, Nuno (1984)
A moeda em Portugal: 1913-1947. Lisboa, Sá da Costa.
- VALÉRIO, Nuno (1985)
 «The portuguese economy in the Inter-war period». In *Estudos de Economia*, vol.V, n.º 2, Lisboa.
- VALÉRIO, Nuno (1986)
 «The role of the government In *Portuguese economic Growth, 1851-1910*». In *Estudos de Economia*, vol.VII, n.º 1, Lisboa.
- VALÉRIO, Nuno (1986)
 «Expectativas dos credores externos sobre a solvabilidade do Estado português, 1881-1910». In *Revista de História Económica e Social*, n.º 18, Lisboa.
- VALÉRIO, Nuno (1988)
 «A dívida pública externa de Portugal 1890-1950» In *Estudos de Economia*, Vol IX (1), Lisboa.

- VIEIRA, António Lopes (1980)
«Os transportes rodoviários em Portugal: 1900-1940». In *Revista de História Económica e Social*, n.º 5, Lisboa.
- VOLOVITCH, Marie-Christine (1982)
«As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal». In *Análise Social*, vol.XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa.
- WHEELER, Douglas L. (1978)
«A Primeira República portuguesa (1910-1926) e a história». In *Análise Social*, vol.XIV, n.º 56, Lisboa.
- WHEELER, Douglas L. [1985]
História política de Portugal, 1910-1926. Mem Martins, Europa-América [1.ª ed. Winscosin, 1978].
- WHEELER, Douglas L. [1988]
A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933. Mem Martins, Europa-América
- WIARDA, Howard J. (1976)
Transcending corporatism? The portuguese corporative system and the Revolution of 1974. Columbia, Institute of International Affairs.
- WIARDA, Howard J. (1977)
Corporatism and development. The portuguese experience. Amherst. Massachussets Press.